

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ANA LAURA RODRIGUES DE SOUZA**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL:  
PROGRAMA DE FOMENTO às ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS NO RS, TED  
Nº22/2023**

**São Borja  
2024**

**ANA LAURA RODRIGUES DE SOUZA**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL:  
PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS NO RS, TED  
Nº22/2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política

Orientador: [Ronaldo Bernardino Colvero](#)

**São Borja  
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S719p Souza, Ana Laura Rodrigues de  
POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL:  
PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS NO RS, TED  
Nº22/2023 / Ana Laura Rodrigues de Souza.  
61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA, 2024.  
"Orientação: Ronaldo Bernardino Colvero ".

1. Políticas Públicas. 2. Assistência Técnica e Extensão  
Rural. 3. Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.  
4. Pobreza Rural. 5. Insegurança Alimentar e Nutricional . I.  
Título.

**ANA LAURA RODRIGUES DE SOUZA**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: PROGRAMA DE FOMENTO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS NO RS, TED Nº22/2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Orientador

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Domingos Savio Campos de Azevedo

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Vinicius Piccin Dalbianco

UNIPAMPA



---

Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/01/2025, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **VINICIUS PICCIN DALBIANCO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/01/2025, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **DOMINGOS SAVIO CAMPOS DE AZEVEDO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/01/2025, às 22:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1627995** e o código CRC **8D798EC4**.

Dedico este trabalho à minha tia Maura que sempre me incentivou a traçar novos caminhos em busca do conhecimento. Dedico ao meu companheiro Gustavo, aos meus irmãos e minha mãe, pois sem eles nada disso seria possível.

## AGRADECIMENTO

Ao Professor Dr. Ronaldo Bernardino Colvero que além de orientador, tornou-se um grande amigo e mentor para todos os momentos, agradeço por possibilitar o início da minha trajetória acadêmica através do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira, onde pude aprender e conhecer pessoas que foram de extrema importância para realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Vinicius Piccin Dalbianco e aos meus amigos do Grupo GIEDER, por tornarem este trabalho possível de ser realizado.

À todos os professores da graduação que de alguma forma contribuíram para meu desempenho acadêmico e minha caminhada até aqui.

Ao Gustavo Bragança, meu companheiro de todos os momentos, que me apoiou em todas as ocasiões, me ajudou a trilhar o caminho da Universidade com mais leveza e que sempre alegrou meus dias, obrigada por nunca desistir de me dizer o quanto eu sou capaz e está sempre ao meu lado.

À Melissa da Rosa e Júlia Corrêa, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando, incentivando e me ajudando a tornar este trabalho possível, minhas eternas amigas da 5212.

À Antônio Kannã, Rafael Abreu, Alexia, Gianna e Maria Alzira meus amigos que sempre me apoiaram e deixaram meus dias mais alegres.

As minhas irmãs Júlia Lara, Maria Luiza e meus irmãos Samuel e Luiz Fernando, que mesmo de longe me dão forças para continuar a trilhar este caminho.

As minhas tias Maria de Lourdes e Maura, meus tios Valmir e Mucio, meus primos Juliana Mercedes, Maria Isabel e Luiz Gabriel que sempre me incentivaram a buscar novos caminhos, e me acompanharam em toda a trajetória até aqui.

A Fabiana Bragança, Marcel Bragança e Maria Laura Bragança que me acolheram com carinho e como parte da família me fazendo mais alegre.

Agradeço por fim a minha mãe que sempre fez de tudo para dar uma boa vida a mim e aos meus irmãos, e me incentiva a buscar sempre o melhor.

A todos vocês, meu muito obrigada, graças a vocês e com o seu apoio foi possível ultrapassar todas as adversidades e concluir este trabalho.

Muito Obrigada!

“Nós que amamos a revolução, resistiremos em marcha!”.

Movimento dos  
Trabalhadores Rurais sem Terra

## RESUMO

Este trabalho se dedica ao estudo da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, políticas que visam melhorar as condições de vida das populações alocadas em áreas rurais, e que promovem simultaneamente a modernização da agricultura por meio de abordagens tecnológicas e assistenciais diversificadas, incluindo orientações sobre práticas sustentáveis de plantio, colheita e cuidados, com intuito de beneficiar a população rural, promovendo uma melhoria sustentável na qualidade de vida. Este trabalho traz como objeto de estudo o desenvolvimento do programa Fomento Rural MDS/MDA/UNIPAMPA/INSTITUTO PADRE JOSIMO TED n° 22/2023, que possui como objetivo auxiliar a estruturação das famílias rurais em situação de extrema pobreza no Rio Grande do Sul, visando identificar as necessidades das famílias rurais por políticas públicas de fomento que possam promover o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a sustentabilidade dos sistemas de produção e buscar formas capazes de erradicar a pobreza rural, destacando durante o trabalho que este é um problema a ser enfrentado por governos, organizações e pela sociedade como um todo. Para a execução deste trabalho, foi efetuada uma pesquisa qualitativa a partir de bibliografias especializadas (Políticas Públicas; Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil), a partir das quais foi realizado trabalho interpretativo de tais materiais. Para sua condução foi traçado o processo histórico da criação das políticas públicas, seus ciclos e uma linha cronológica da aplicação das políticas de ER no Brasil, enfatizando a desigualdade no campo, buscando mostrar a preocupação proeminente com o crescente cenário da pobreza rural brasileira que afeta milhões de pessoas e a aplicação de políticas públicas de fomento que buscam a superação da pobreza rural, a fim de compreender como essas políticas podem impactar diretamente nas condições socioeconômicas das populações rurais brasileira. Além disso, em 2024 no mês de julho, o Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural (GIEDER), constituído por alunos e professores da Universidade Federal do Pampa, Campus-Itaqui, realizou um trabalho de campo visitando 25 famílias contempladas pelo programa de Fomento Rural, com o objetivo de acompanhar a implementação do projeto e contribuir para a qualificação da política aplicada ao desenvolvimento rural, coletando por meio de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários, dados sobre os efeitos da aplicação da primeira parcela do programa, buscando obter uma visão abrangente das condições socioeconômicas, produtivas e ambientais das famílias contempladas. Em suma, a partir das análises realizadas, salienta-se que o TED n°22/2023, torna-se um exemplo de instrumento de

política pública que busca sanar as dificuldades das famílias alocadas na zona rural. As estratégias traçadas pelos articuladores se mostram favoráveis às famílias visitadas pela equipe da UNIPAMPA, podendo constatar, a melhoria na qualidade da alimentação das famílias, suas economias e produtividade, notando a forte influência do programa Fomento no aumento da renda advinda de atividades produtivas rurais, e os desafios para implementação deste programa.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Assistência Técnica; Extensão Rural; Pobreza Rural; Programa de Fomento.

## ABSTRACT

This paper is dedicated to the study of the public policy of Technical Assistance and Rural Extension in Brazil, policies that aim to improve the living conditions of populations in rural areas, while simultaneously promoting the modernization of agriculture through diversified technological and assistance-based approaches. These policies include guidance on sustainable planting, harvesting, and care practices, with the aim of benefiting rural populations and promoting a sustainable improvement in quality of life. The paper focuses on the development of the Fomento Rural program MDS/MDA/UNIPAMPA/INSTITUTO PADRE JOSIMO TED No. 22/2023, which aims to assist in the structuring of rural families in situations of extreme poverty in Rio Grande do Sul. The goal is to identify the needs of rural families for public policies that can promote sustainable development, food security, and sustainability of production systems, while seeking ways to eradicate rural poverty. The paper emphasizes that this is a problem to be faced by governments, organizations, and society as a whole.

To conduct this research, a qualitative study was carried out based on specialized bibliographies (Public Policies; Technical Assistance and Rural Extension in Brazil), from which an interpretative analysis of such materials was performed. The historical process of the creation of public policies, their cycles, and a chronological line of the implementation of rural extension policies in Brazil were outlined, emphasizing inequality in rural areas. The paper seeks to show the growing concern with the Brazilian rural poverty scenario, which affects millions of people, and the application of public policies designed to overcome rural poverty, in order to understand how these policies can directly impact the socioeconomic conditions of Brazil's rural populations. Furthermore, in July 2024, the Interdisciplinary Group for Rural Development Studies (GIEDER), consisting of students and professors from the Federal University of Pampa, Itaqui Campus, carried out a fieldwork visit to 25 families benefiting from the Fomento Rural program. The objective was to monitor the implementation of the project and contribute to the improvement of the policy applied to rural development, collecting data through semi-structured interviews and surveys to understand the effects of the first installment of the program. The aim was to gain a comprehensive view of the socioeconomic, productive, and environmental conditions of the families involved. In summary, the analysis highlights that TED No. 22/2023 becomes an example of a public policy instrument aimed at addressing the difficulties faced by families in rural areas. The strategies outlined by the program's coordinators appear to be favorable to the families visited by the UNIPAMPA team, with improvements in family nutrition, savings, and productivity

observed. The program's strong influence on increasing income from rural productive activities was noted, as well as the challenges in implementing this program.

**Keywords:** Public Policy; Technical Assistance; Rural Extension; Rural Poverty; Fomento Program.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas	23
Figura 2 – Períodos da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil	29
Figura 3 – Cercas adquiridas com o Programa fomento	41
Figura 4 – Galinheiro construído com o Programa Fomento	41
Figura 5 – Ovinos adquiridos com o Programa Fomento Rural	42
Figura 6 – Sala de Ordenha adquirida com o Programa Fomento	42
Figura 7 – Galpão adquirido com o Programa Fomento	43
Figura 8 – Espaço adquirido com o Programa Fomento	43
Figura 9 – Adriane e equipamentos adquiridos com o programa Fomento	44
Figura 10 – Compressor de ar adquirido com o programa Fomento	44
Figura 11– Técnico Extensionista e triturador adquirido com o programa Fomento	45
Figura 12 – Alimentos produzidos por Maria Helena	45
Figura 13 – Serra circular de bancada adquirida com o programa fomento	46
Figura 14 – Freezer para armazenamento de sorvetes	46
Figura 15 – Pães e bolachas feitos por Márcia	47
Figura 16 – Horta da unidade familiar de Analice	47
Figura 17 – Galpão de armazenagem	48
Figura 18 – Estufa para horta	48
Figura 19 – Estrebaria	49
Figura 20 – Cerca adquirida com o programa do fomento	49
Figura 21 – Transferidor de leite	50
Figura 22 – Unidade familiar Vanderleia	50
Figura 23 – Início da construção da horta	51
Figura 24 – Galinheiro construído a partir da aplicação do fomento	51
Figura 25 – Horta realizada a partir da aplicação do fomento	52
Figura 26 – Animal comprado com o programa fomento	52
Figura 27 – Galinheiro e galinhas adquirido com o programa	53
Figura 28 – Galinheiro e galinhas adquirido com o programa	53
Figura 29 – Folder produzido para divulgação do TED n°22/2023	57
Figura 30 – Cartilha publicada para apoio ao Programa Fomento	57

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Famílias visitadas in loco pela equipe da Unipampa

37

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CRS - Crédito Rural Supervisionado

EUA - Estados Unidos da América

GIEDER - Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

NGOs - Organizações Não Governamentais

PBF - Plano Bolsa Família

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

TED - Termo de Execução Descentralizada

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2 A POLÍTICA PÚBLICA E A EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA</b>	<b>20</b>
2.1 Contexto Histórico das Políticas Públicas	20
2.2 O que são as Políticas Públicas?	21
2.3 Ciclo das Políticas Públicas	23
2.4 Introdução aos períodos das Políticas Nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e a função para o desenvolvimento no campo	25
2.5 A desigualdade no campo, Políticas Públicas e superação da pobreza rural	30
2.6 Programa Fomento às Atividades Rurais Produtivas	33
<b>3 O PROGRAMA FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS A PARTIR DO TED/UNIPAMPA/MDA E SUA METODOLOGIA</b>	<b>35</b>
<b>4 ANÁLISE DO RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA PRIMEIRA PARCELA DO PROGRAMA FOMENTO RURAL</b>	<b>37</b>
4.1 Relato das Famílias visitadas in loco	37
4.2 Discussão dos resultados a partir da percepção das famílias visitadas	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, existe um conjunto de políticas públicas que tem por objetivo proporcionar a qualificação das condições socioeconômicas das populações rurais, buscando reduzir a desigualdade no campo, a pobreza rural e a insegurança alimentar, que afetam milhares de pessoas. Como podemos citar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), tratando-se de uma gestão intersetorial que visa implementar e executar políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2010).

A execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) integra ações entre o governo, sociedade civil e programas estratégicos, como o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais<sup>1</sup> instituído pela lei nº12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 9.221/2017, é um instrumento de política pública que visa o desenvolvimento financeiro e a diminuição da pobreza rural das famílias localizadas em áreas rurais, combinando para às famílias beneficiadas recursos financeiros, assistência técnica e extensão rural.

A implementação de uma política pública é um processo longo e imprevisível, pois o projeto se modifica ao encontrar distintas realidades. Os desafios para o combate à pobreza rural incluem a implementação de políticas públicas eficazes e promoção do desenvolvimento sustentável, de modo que as políticas invistam em melhorias em diversas áreas, garantindo o acesso dos agricultores familiares à terra, água, crédito, assistência técnica e infraestrutura básica. Essas políticas devem ser bem estruturadas e executadas de forma eficiente para realmente beneficiar aqueles que precisam.

A pobreza rural brasileira é um cenário preocupante que afeta milhões de pessoas, apresentando particularidades específicas se relacionarmos à pobreza urbana. Algumas dessas características estão diretamente ligadas ao distanciamento das famílias rurais das zonas urbanas. Para além da ausência de serviços básicos enfrentados pelas famílias rurais advindos da distância entre os pólos urbanos, também sofrem com a insuficiência de alimentos variados e comercialização de produtos que não são produzidos em suas terras, deixando-os com uma baixa rotatividade econômica e suscetíveis ao aumento da desigualdade e a pobreza rural<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> As informações obtidas para a descrição do Projeto Fomento às Atividades Rurais têm como fonte o site governamental: Programa de Fomento Rural. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-fomento-rural>

<sup>2</sup> As informações presentes neste parágrafo foram fornecidas através das entrevistas realizadas com os técnicos do Instituto Cultural Padre Josimo e os beneficiários do Programa Fomento Rural - MDS/MDA/UNIPAMPA/INSTITUTO PADRE JOSIMO TED nº 22/2023, na saída de campo que ocorreu no período de 22 a 26 de jul. de 2024.

Assim, as políticas públicas devem ser formuladas para considerar as necessidades específicas das famílias camponesas, promovendo sua inclusão socioeconômica e garantindo que tenham dignidade, oportunidades e uma voz ativa na criação do próprio futuro e no desenvolvimento da região.

A pobreza rural representa a situação socioeconômica dos moradores que residem nestas áreas, erradicar a pobreza está diretamente ligada à garantia da segurança alimentar, visto que os agricultores familiares pobres geralmente têm dificuldade no acesso de alimentos nutritivos, para além disso a pobreza rural comumente está ligada ao êxodo rural, onde as famílias deixam seus lares em busca de uma melhor condição de vida.

No Rio Grande do Sul, as famílias camponesas desempenham um papel fundamental na estrutura socioeconômica e cultural para sua comunidade. Para promover sua inclusão e desenvolvimento sustentável, surge a necessidade de implementar políticas públicas que melhorem a infraestrutura, fortaleçam as comunidades e valorizem o conhecimento tradicional. Essas iniciativas devem garantir condições dignas de vida, acesso a oportunidades e integração dessas famílias no desenvolvimento regional, destacando a importância da ação do Estado em conjunto à sociedade para enfrentar os desafios atuais.

A análise política trata da descrição dos atores envolvidos com o problema público, suas relações com os problemas, suas perspectivas, seus interesses e seu senso de urgência. Atores políticos são sujeitos individuais ou coletivos que agem intencionalmente na arena política (Secchi, 2013).

Considerando o contexto em que essas famílias se encontram, é importante destacar o papel dos técnicos, atores profissionais<sup>3</sup> e responsáveis pela conexão entre as políticas governamentais e os agricultores. Esses especialistas desempenham uma função ativa na disseminação de conhecimentos, fornecendo orientação específicas para os agricultores familiares.

As políticas nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil (ATER), visam melhorar as condições de vida das populações alocadas em áreas rurais, incluindo orientações sobre práticas sustentáveis de plantio, colheita e cuidados. Com intuito de beneficiar a população rural em seu ambiente, potencializando seu rendimento e promovendo uma melhoria sustentável na qualidade de vida. O seguinte trabalho possui como principais objetivos o acompanhar a implementação do Programa Fomento no Rio Grande do Sul,

---

<sup>3</sup> Exemplos de atores individuais são os políticos, burocratas, juízes; exemplos de atores coletivos são os órgãos públicos, as associações, os partidos, as empresas, os sindicatos, os meios de comunicação, os grupos de interesse (formais e informais) (Secchi, 2016).

analisar os efeitos da aplicação da primeira parcela do programa através das percepções das famílias visitadas, explorar como o instrumento de política pública possibilita a superação da pobreza rural e a garantia da segurança alimentar e nutricional e contribuir para a qualificação da política aplicada.

Para a realização da pesquisa utilizou-se o método quanti-qualitativo a fim de abranger diferentes abordagens metodológicas. Reconhecendo a importância de adotar as abordagens, acreditando que esses métodos possam integrar-se de forma construtiva, permitindo uma análise mais abrangente e profunda do objeto de estudo (BOURDIEU, 2002). A abordagem qualitativa permitiu a captação das percepções e experiências das famílias em relação ao programa, e a quantitativa mensurar o impacto socioeconômico, analisando os efeitos da aplicação dos recursos do Programa Fomento nas Atividades Produtivas Rurais.

A fim de buscar uma maior compreensão do local e situação socioeconômica em que as famílias contempladas pelo programa estão inserida, em primeiro momento, foi realizado uma revisão bibliográfica a partir de bibliografias especializadas (Políticas Públicas; Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil), além de Leis, Decretos e projetos criados para a execução de políticas públicas. Exercendo um trabalho interpretativo de tais materiais, a fim de traçar o processo histórico da criação das políticas públicas, seus ciclos e uma linha cronológica da aplicação das políticas de Extensão Rural (ER) no Brasil, buscando mostrar a preocupação com o crescente cenário da pobreza rural brasileira que afeta milhões de pessoas e a aplicação de políticas públicas de fomento que buscam a sua superação.

Em segundo momento para considerar os resultados da implementação do Programa de Fomento Rural foram analisadas as informações referente às famílias atendidas pelo Termo de Execução Descentralizado (TED) entre o Ministério do Desenvolvimento Social Família e Combate à Fome (MDS), e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA), Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Instituto Cultural Padre Josimo.

Para que pudesse mensurar os resultados obtidos pelo Programa, realizou-se um trabalho de campo visitando 25 famílias em oito (8) municípios: Candiota; Canguçu; Hulha Negra; Encruzilhada do Sul; Santa Cruz; Sinimbu; Vale do Sol e Vera Cruz, a fim de acompanhar a implementação do projeto.

Os dados quantitativos deste trabalho foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas aplicadas para vinte e cinco (25) famílias contempladas pelo programa, no período de junho de 2024. Através das respostas pode-se compreender as estratégias executadas pelos técnicos em conjunto com as famílias para aplicação do recurso do projeto

em atividades produtivas rurais, as visitas *in loco* resultaram na percepção da implementação dos recursos do programa, também foi realizado o registro de materiais audiovisuais para a produção de um documentário, com o intuito de divulgar os impactos do programa.

Devido a dimensão dessa política pública, tornou-se inviável a visitação de todas as famílias atendidas pelo Termo de Execução Descentralizada (TED). Portanto, para seleção das famílias que foram visitadas *in loco*, foi levado em consideração o tipo de projeto produtivo realizado, a fim de buscar uma maior diversidade da aplicação do Programa Fomento, e a localidade das famílias para que fosse possível a visitação de vários municípios, visto que o local em que a família reside pode interferir na escolha dos projetos e na aplicação do programa.

A abordagem metodológica utilizada permite uma compreensão abrangente e aprofundada do programa, subsidiando a formulação de políticas e ações futuras voltadas para o desenvolvimento sustentável das famílias camponesas em situação de extrema pobreza.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é um instrumento de grande importância para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento das famílias atendidas. No entanto, existem situações que podem atrapalhar os objetivos propostos pelo Programa, conclui-se, para que o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais tenham impacto duradouro, é necessário a implementação de políticas complementares ao programa, voltadas ao acesso à saúde, a educação ambiental, a recuperação ambiental para garantia e sustentabilidade no desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais beneficiadas.

Este trabalho de conclusão de curso possui três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “A política Pública e a Extensão Rural brasileira” foi feita uma contextualização dos conceitos, identificando o que são políticas públicas, seus ciclos, traçando uma linha cronológica das políticas de ATER, apresentando as desigualdades no campo e apontando os indicadores de exclusão, pobreza e insegurança alimentar camponesa, por fim identificando o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais como instrumento de política pública e objeto de estudo.

No segundo capítulo intitulado “O Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais a partir do TED/UNIPAMPA/MDA e sua metodologia”, apresenta-se o termo de Execução descentralizada entre o Ministério do Desenvolvimento Social Família e Combate à Fome (MDS), e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA), Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Instituto Cultural Padre Josimo, aplicado para 400 famílias no RS, expondo a metodologia de execução do programa.

No terceiro capítulo “Análise dos Resultados da Aplicação da Primeira Parcela do Programa Fomento Rural” visa demonstrar os resultados preliminares da aplicação das parcelas do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais no RS, com foco nas 25 famílias visitadas pelos pesquisadores da Universidade Federal do Pampa, apresentando uma tabela que identifica os beneficiários visitados, projeto executado e o tipo de projeto executado, expondo um breve relato das famílias visitadas.

Nas considerações finais foi realizada uma síntese dos pontos abordados no trabalho, recapitulando os resultados alcançados pelas 25 famílias visitadas e apontando contribuições para que o programa de fomento rural atinja um maior êxito.

## 2 A POLÍTICA PÚBLICA E A EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA

### 2.1 Contexto Histórico das Políticas Públicas

A política pública hoje conhecida, como área do conhecimento e disciplina acadêmica nasceu nos Estados Unidos, rompendo as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, pois se concentravam, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (SOUZA, 2006. p. 22). O campo das políticas públicas como disciplina acadêmica surge nos Estados Unidos com a intenção de focalizar e direcionar os estudos relacionados acerca desta temática, à ação governamental.

Dessemelhante aos EUA, Celine Souza destaca que o estudo de políticas públicas na Europa surge, a partir de uma divisão entre a área estudada mediante à trabalhos baseados em teorias explicativas do Estado sendo o governo o produtor de políticas públicas.

O estudo das políticas públicas nasce através do entendimento, que em democracias estáveis, as ações realizadas pelos governos podem se tornar objetos de pesquisa por órgãos governamentais ou independentes.

Na América Latina, a solidificação deste estudo se dá através de fatores relacionados à análise da indagação do governo em relação às decisões, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Buscando a adesão de políticas restritivas de gastos, fazendo com que essa busca passasse a dominar a agenda em desenvolvimento dos países (SOUZA, 2006, p. 20).

Conforme Celine Souza destaca, os governos condicionam suas políticas, limitando o Estado na economia e convertendo políticas públicas em políticas focalizadas, não sendo capazes de estimular o desenvolvimento econômico juntamente com a inclusão social de sua população.

As políticas públicas tratadas como área de atuação governamental podem ser lidas como um conjunto de ações analisadas e avaliadas por órgãos responsáveis, que buscam mensurar a necessidade que os grupos possuem enquanto sociedade. Para que os órgãos possam investigar e procurar soluções para estes problemas que precisam ser considerados públicos e se encaixar nas agendas políticas. Este tema que está presente em todas as esferas sociais e que introduz inúmeros debates entre os atores estatais, instituições e atores sociais a respeito de como elas devem ser introduzidas na sociedade, ainda atravessam a dificuldade de como difundir a complexidade da aplicação das políticas públicas.

## **2.2 O que são as Políticas Públicas?**

O conceito de políticas públicas é uma ação que busca a solução de um problema público. O problema público é a diferença entre a situação atual e a situação ideal para a realidade pública. Para Secchi: “Um problema público é a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. Um problema público pode aparecer subitamente, por exemplo uma catástrofe natural que afete a vida de pessoas de determinada região” (SECCHI, 2014, p. 34), portanto um problema é considerado público à medida que uma situação inadequada atinja uma quantidade de pessoas, julgadas relevantes para os atores políticos.

A Partir das leituras dos textos de Secchi pode-se identificar duas abordagens distintas, sendo elas:

A abordagem estatista ou estadocêntrica que considera as políticas públicas um monopólio de atores estatais, ou seja, para que a política seja considerada pública precisa está diretamente relacionada à autoridade que a define: o Estado.

Outra linha de pensamento está ligada à abordagem multicêntrica que considera as organizações não governamentais como redes de políticas públicas. Podemos utilizar como exemplo a arrecadação de alimentos por parte de ONGs diante aos desastres naturais decorrentes das fortes chuvas que ocorreram no Rio Grande do Sul no ano de 2024, onde a população encontrou-se em uma situação de calamidade pública. O problema em questão é considerado público pois detém relevância coletiva, logo a arrecadação desses insumos tem a finalidade de enfrentar um problema de natureza pública, tornando a ação das ONGs uma política pública.

As políticas públicas definem os objetivos nos quais empregam uma melhoria para um recorte da população que a necessita. Encontra-se dentro do campo das políticas públicas

alguns modelos explicativos, desenvolvidos com o propósito de melhorar o entendimento do público a respeito de suas aplicações. Alguns desses modelos são as políticas públicas redistributivas, distributivas e regulatórias.

As políticas públicas Redistributivas ocorrem por meio de uma redistribuição dos encargos financeiros entre os mais ricos e os mais pobres, não alterando a arrecadação geral, podendo ser realizada também através de programas sociais:

Uma dificuldade na implementação de políticas redistributivas provém do fato de os setores sociais penalizados pelo financiamento de tais políticas tendem a se organizar com mais força do que a numerosa parcela social que vai ser beneficiada. (AZEVEDO, 2003, p. 2)

Essa política, por se tratar de algo redistribuído financeiramente entre uma parcela da população com um maior poder aquisitivo que as outras, pode acarretar discussões, e a não aceitação de sua implementação faz com que tenham que se buscar outras formas de realização das políticas, muitas vezes sendo através de programas sociais não ligados apenas ao benefício financeiro.

As Políticas Distributivas são aquelas evidenciadas de formas específicas e individuais para cada parte da população. “As políticas distributivas são de fácil implantação, porque raramente há opositores ao atendimento dessas demandas fragmentadas, pontuais e muitas vezes individuais” (AZEVEDO, 2003, p. 4). Diferente das políticas redistributivas as políticas distributivas se tornam de maior aceitação para a população em virtude de estarem diretamente ligadas a carências sociais existentes e palpáveis, por diversas vezes possuindo caráter clientelista.

Por sua vez, as políticas regulatórias têm como função a regulamentação para aplicação das políticas citadas anteriormente para determinados grupos:

As políticas públicas regulatórias visam regular determinado setor, ou seja, criar normas para o funcionamento dos serviços e a implementação de equipamentos urbanos. assim a política regulatória se refere à legislação e é um instrumento que permite regular (normatizar) a aplicação de políticas públicas redistributivas e distributivas [...]. (AZEVEDO, 2003, p.4)

Caracterizando-se por atingir as pessoas enquanto indivíduos ou pequenos grupos, servem para regulamentar a aplicação das políticas citadas, já que não seria possível executá-las uniformemente para todas as camadas da sociedade. Contudo, “Embora distribuam benefícios difusos para a maioria da população-alvo, as políticas regulatórias

acabam por redundar em perdas e limitações para indivíduos ou pequenos grupos.” (AZEVEDO, 2003. p.4). Fazendo com que alguns grupos sintam-se injustiçados por afetá-los de forma distinta.

### 2.3 Ciclo das Políticas Públicas

O ciclo de políticas públicas é uma estrutura que organiza a vida útil de uma política pública, em etapas sequenciais. Segundo Secchi (2022, p. 55), o ciclo das políticas públicas é definido em sete etapas, sendo elas: Identificação do problema, formação de agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

**Figura 1: CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**



**Fonte:** Produzido pelo autor a partir da biografia de Leonardo Secchi

Este ciclo desenrola-se a partir da definição de um problema público, sendo este a contraposição entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público pode aparecer de diversas maneiras. Através de uma catástrofe natural, manifestar-se progressivamente através de congestionamento nas grandes cidades e até mesmo está presente sem ser notado. A partir da identificação do problema público, o ator político que o detectou poderá buscar maneiras para que este problema faça parte de uma lista de prioridades, denominada agenda. (SECCHI, 2022, p.56 - 58).

A agenda é formada mediante a um conjunto de problemas entendidos como relevantes a nível social e governamental. A implementação da política pública irá depender da relevância do problema e do que o governo julgar necessário para atender as demandas públicas, buscando uma maior qualidade e desenvolvimento para a sociedade. Secchi define os problemas públicos como: súbitos são aqueles que entram repentinamente na agenda, incrementais que ganham espaço progressivo, em declínio aqueles que perdem espaço

progressivo na agenda, problemas estáveis que permanecem sem muitas oscilações na agenda e problemas cíclicos que de acordo com a sazonalidade ganham ou perdem espaço. Neste sentido os problemas públicos podem entrar e sair das agendas por diversos fatores. Segundo Secchi (2014), a indiferença de uma demanda pública se dá pelo interesse da manutenção do *status quo*.

A definição de alternativas é realizada por meio do diagnóstico das consequências que um problema pode gerar, dependendo diretamente da avaliação dos eventuais custos e benefícios ocasionados por cada alternativa.

Segundo Secchi “a atividade de análise de políticas públicas [...] busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório de políticas públicas.” (2016, p.10). Na etapa de definição das alternativas é iniciado um processo de busca de informações capazes de apontar motivos decisórios para a implementação de uma política pública, gerando conhecimentos capazes de indicar o desempenho das políticas no futuro.

A tomada de decisão representa o momento em que uma das alternativas discutidas na fase anterior, é selecionada para se tornar uma política pública. Uma vez que esta política pública é selecionada, coloca-se em prática a etapa de implementação da política, onde sai do papel e se torna algo concreto, passando a ser responsabilidade dos gestores públicos e dos agentes de implementação das políticas em cada localidade. Infelizmente, a fase de implementação das políticas públicas por muitas vezes acaba não se concretizando. Segundo Tronco:

A transposição da política do papel para a realidade é um processo influenciado por muitas variáveis, como a capacidade técnica dos gestores locais, o entendimento do gestor sobre o seu trabalho, os imprevistos e a reação da população à política. As chances de que ocorram falhas de implementação são grandes, e uma política que é funcional no papel pode se mostrar inviável na prática. (TRONCO, 2018, p. 57)

Para Secchi a avaliação de políticas públicas “É a atividade instrumental para a geração de informações importantes para a manutenção, ou ajustes ou a extinção de políticas públicas” (ano 2016, p.10). A etapa de avaliação das políticas públicas, sucede a coleta de dados importantes para definição de qual será o futuro da política em questão, seja para sua manutenção, ajustes de acordo com os dados levantados para um melhor aproveitamento, ou até mesmo sua extinção se definido que não será mais necessária, gerando resultados sólidos de uma política já instaurada.

Por fim, a extinção das políticas públicas segundo Secchi ocorre por três razões distintas, sendo elas: razões relativas ao problema público, razões relativas à solução e razões relativas ao ambiente político.

Similarmente ao nascimento, a extinção de políticas públicas também depende de janelas de oportunidade. Momentos como reformas ministeriais, mudanças de mandato executivo e legislativo e aprovação de orçamentos são ocasiões raras, passageiras e pontuais, em que políticas públicas aparentemente inócuas podem ser extintas ou substituídas por outras (SECCHI, 2022, p.87)

A extinção da política pública marca a fase final de seu ciclo, momento em que ela pode ser substituída, interrompida ou até mesmo quando o problema que originou esta política é percebido como resolvido.

#### **2.4 Introdução aos períodos das Políticas Nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e a função para o desenvolvimento no campo**

A política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasileira dá-se início no ano de 1950, sendo marcada por períodos de constantes modificações em busca de uma melhoria na modernização agrícola e aumento da qualidade de vida das pessoas do campo. Através dessa busca, o ano de 2003 é marcado pela nova ATER pública, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que perpassa por novos períodos até sua extinção. Por fim, dando início às Políticas terceirizadas de ATER brasileiras.

A Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira é marcada por períodos. Iniciando-se no ano de 1950, onde o Brasil atravessava um constante debate a respeito da problemática do desenvolvimento rural, buscava através do processo de modernização na agricultura algo que seria capaz de explicar o motivo do atraso do país em relação aos países desenvolvidos. Essa busca ocasionou avanços no âmbito da realidade social, onde as políticas de extensão rural difundiam seus conhecimentos através de conceitos de adoção de estratégias nacionais para a melhoria na qualidade de vida da população rural e promoção do crescimento da modernização da agricultura, almejando superar a sua estagnação (CAPORAL, COSTABEBER, ano 1994; DINIZ; HESPANHOL, ano 2022).

Essa política de extensão tradicional possibilitou a adoção de diversos pacotes tecnológicos focados principalmente na produção de insumos. A fim de alcançar seus objetivos, a partir dos anos 50, o modelo extensionista passou a se implementar no país através da educação do homem no campo:

[...] era iniciado à época o processo de industrialização para a agricultura e não podia o desenvolvimento deste setor prescindir de políticas e instrumentos capazes de assegurar o consumo crescente destes bens industriais orientados para a produção agrícola. (CAPORAL, ano 1994, p. 9)

Seu objetivo passava a ser de “educar” o homem no campo de forma que este passasse a aceitar as mudanças exigidas pelo modelo, a fim de tirá-los do “atraso”, levando informações e técnicas para o uso das novas tecnologias impostas por este período. No entanto, nota-se que essa interpretação não foi suficiente para alcançar a produção desejada.

Ainda na década de 50 a extensão rural passa a trabalhar com Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Segundo Caporal, a extensão rural focava em ampliar o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias agrícolas, tendo uma contribuição expressiva e mostrando um aumento no consumo de bens industriais como exemplo máquinas para plantio e colheita. (CAPORAL; COSTABEBER. ano 1994, p.10).

[...] em 1960, ao realizar uma reunião de avaliação, a extensão rural, conclui que o trabalho com os pequenos agricultores não dá o resultado esperado e recomenda o trabalho com os médios e grandes, com aqueles que estejam aptos a adotar as tecnologias modernas. (CAPORAL; COSTABEBER, ano 1994, p.10)

O trabalho da extensão rural juntamente com o crédito rural supervisionado (CRS) continuou favorecendo os médios e grandes agricultores: “Diversos estudos mostram que a fatia do crédito rural contratado [...] foi sempre infinitamente desproporcional ao seu número e necessidade em relação aos demais” (CAPORAL; COSTABEBER, ano 1994, p.11). Conforme Caporal este processo culminou na exclusão de diversas famílias rurais, reprimindo o acesso dos agricultores familiares ao conhecimento, elevando a ampliação da disparidade social e econômica.

Com o passar do tempo, as políticas de assistência técnica e extensão rural atravessaram mudanças significativas de reestruturação no modo de conduzir seu pensamento e levar o conhecimento ao homem no campo. A partir desta afirmação este trabalho traça uma linha cronológica a fim de demonstrar estas reestruturações.

Cronologicamente o ano de 1948 deu início ao primeiro período das políticas nacionais de ATER brasileira, denominada de humanismo/assistencialista. Essa fase inicial da extensão rural no Brasil possuía como objetivo ensinar os pequenos agricultores conhecimentos e técnicas de produção, propondo uma mudança de pensamentos relacionados a sua vida no campo e a suas produções (DINIZ, HESPANHOL, ano 2022).

Estes períodos seguiram nos anos de 1964 nomeados como difusionismo/produtivista. A extensão rural, avaliou que os pequenos agricultores, que eram o foco na fase anterior, não foram suficientes para um aumento de produção no setor agrícola brasileiro. (CAPORAL, COSTABEBER, ano 1994). A partir das análises de Caporal e Costabeber (1994) e Mendonça (2010) verifica-se que o público alvo da extensão rural passa a ser médios e grandes agricultores, considerados mais aptos a cumprir os conhecimentos passados pelos extensionistas por possuir uma facilidade financeira mais ampla para adotar as inovações tecnológicas propostas. Culminando em um período marcado pela exclusão de pequenos agricultores, sem a perspectiva de aumento em suas produções e consequentemente mantendo a desigualdade no campo.

“Fazendo sua autocrítica, a partir dos anos 80, quando o modelo já dava mostras de sua estagnação, o sistema de Extensão Rural não conseguiu dar um passo além da elaboração de um novo discurso.” (CAPORAL, ano 1994 p. 12). Os modelos anteriores de assistência técnica e extensão rural não obtiveram o alcance desejado. A partir deste período a extensão rural ficou marcada negativamente por uma forte degradação no meio ambiente. (DINIZ, HESPANHOL, ano 2022; CAPORAL, ano 1994).

As crises climáticas e socioambientais vivenciadas no país durante os períodos da extensão, difusionismo/produtivista e agravados no período denominado crítico/reflexivo a partir da década de 1980, fez com que as estratégias adotadas pelas ATER, que antes visavam um crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico e que culminou em uma elevação da disparidade social entre os pequenos e grandes agricultores, passassem por um novo momento, um repensar. Este cenário fez com que as políticas extensionistas no ano de 2003, fossem pautadas nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, instaurando a PNATER.

A PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - publicada no ano de 2004, é uma política pública com o objetivo de implementar estratégias de amparo aos produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e povos da floresta. Com foco no desenvolvimento sustentável. Visava a melhoria da qualidade dos alimentos produzidos, a segurança dos agricultores, oferecendo o amparo adequado a cada um dos beneficiários. A PNATER também buscava contribuir para o desenvolvimento sustentável, apoiando recursos naturais, mantendo o acesso de assistência técnica e extensão rural de qualidade, incentivando a adoção de novas metodologias. (Brasil, ano 2004, p.4).

A nova ATER pública tinha como objetivo trabalhar com um maior envolvimento dos agentes com as famílias e estabelecer necessidades concretas em todo o território nacional, o processo onde essas políticas públicas passariam a ser capazes de garantir um crescimento dos sujeitos como cidadãos, mostrando a importância de um desenvolvimento pautado na Agroecologia. (CAPORAL. ano 2003; DINIZ, HESPAHOL. ano 2022).

Contudo o difusionismo apresentado nas diretrizes da PNATER, acarretou dificuldades para a realização dos serviços de assistência técnica em território nacional, levando a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

O ano de 2013 foi marcado pela terceirização das políticas de ATER brasileira. A criação da ANATER, agência criada com o propósito de construir uma nova orientação dos serviços oficiais de Extensão Rural:

[...] a execução dos serviços de ATER/ATES foi terceirizada num ambiente de pluralidade institucional e que a atuação dessa multiplicidade de atores é descoordenada resultando em realidades muito distintas nos diferentes territórios do país quanto à cobertura, configuração institucional e de orientação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Neste contexto se justifica a criação da agência: pela necessidade do Estado em exercer um melhor provimento, coordenação, controle e avaliação dos serviços de extensão num ambiente de pluralismo institucional. (ZARNOTT; DALBIANCO; NEÜMANN; FIALHO. ano 2015, p.110)

Com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER):

[...] diferentemente da PNATER, que se articulou em torno do ideário do desenvolvimento rural sustentável, da agroecologia, da ação extensionista como um processo educativo e construtivista tendo o agricultor familiar como público quase exclusivo, a ANATER surge tendo como justificativa central de sua criação a transferência tecnológica para o desenvolvimento da agricultura brasileira, ou seja, fazendo uma clara referência às concepções de desenvolvimento que implementaram a modernização conservadora da agricultura e o difusionismo como orientação para os serviços de extensão rural. (ZARNOTT; DALBIANCO; NEÜMANN; FIALHO. ano 2015, p.110)

O processo implementado pela ANATER cria um ponto de vista mais objetivo em relação as necessidades que a PNATER desejou implementar no campo, o que trouxe mais uma vez a abordagem fundamentada em práticas relacionadas à inovação tecnológica e a integração do sistema de extensão com o sistema de pesquisa agropecuária, se assemelhando às práticas dos modelos tradicionais da extensão rural.

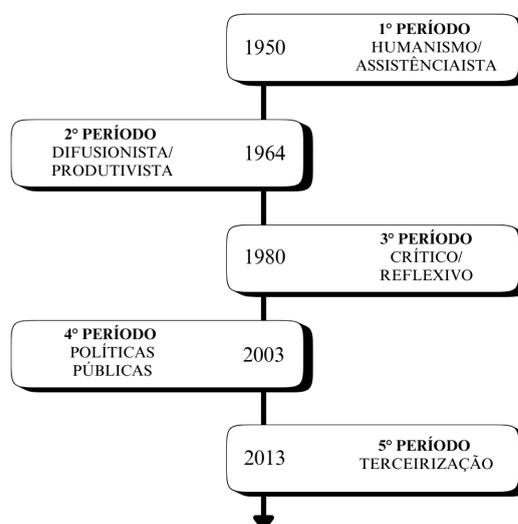
Dessemelhante a PNATER, a ANATER passa incluir em seu público médios agricultores. Deixou, assim, a proposta original da PNATER de atender exclusivamente

agricultores familiares e assentados da reforma agrária (ZARNOTT; DALBIANCO; NEÜMANN; FIALHO. ano 2015; DINIZ; HESPANHOL. ano 2022). Neste sentido, ao realizar uma análise, a partir das novas propostas da ANATER, Diniz e Hespanhol (2018) dizem que:

O serviço extensionista no país mostram se extremamente desfavoráveis à transição paradigmática proposta pela política, limitando sobremaneira a renovação de uma prática extensionista orientada pela adoção de metodologias participativas, pelos princípios da agroecologia, pela exclusividade no atendimento aos grupos sociais marginalizados e pela promoção de um modelo de desenvolvimento que seja, de fato, ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo. (DINIZ; HESPANHOL. ano 2018)

Mostrando-se desfavoráveis para grupos marginalizados socialmente, aumentando a vulnerabilidade das classes sociais menos favorecidas no campo, mostrando a inadequação dos modelos tradicionais para atender às necessidades das populações rurais. Esta lógica contribui para a perpetuação da desigualdade social no campo.

**Figura 2:** PERÍODOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL



**Fonte:** Produzido pelo autor a partir das leituras de Zarnott; Dalbianco; Neümann; Fialho (2015)

A Extensão Rural é um serviço contínuo no meio rural, que busca estimular e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas. Ao atuar junto aos agricultores camponeses, a Assistência Técnica e a Extensão Rural busca o aumento da produção e renda, contribuindo para a segurança alimentar dos moradores de áreas rurais, além disso, o serviço visa à inclusão produtiva e social, melhorando a qualidade de vida das famílias buscando a superação da pobreza rural.

Este processo enfrenta desafios a partir da implementação de políticas públicas que possam se tornar eficazes em orientar os agricultores na adoção de sistemas que visam garantir a execução do desenvolvimento rural, respeitando as particularidades de cada região e contribuindo para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades do campo.

As políticas de assistência técnica aplicadas aos agricultores familiares e aos assentamentos rurais, atravessam longos processos de reestruturação, o papel do extensionismo rural torna-se essencial para a implementação de políticas públicas que possam buscar a superação da desigualdade no campo.

## **2.5 A desigualdade no campo, Políticas Públicas e superação da pobreza rural**

A pobreza rural brasileira é um cenário preocupante que afeta milhões de pessoas, apresentando particularidades específicas se relacionarmos à pobreza urbana. Algumas dessas características estão diretamente ligadas ao distanciamento das famílias rurais das zonas urbanas. Para além da ausência de serviços básicos enfrentados pelas famílias rurais advindos da distância entre os pólos urbanos, também sofrem com a insuficiência de alimentos variados e comercialização de produtos que não são produzidos em suas terras, deixando-os com uma baixa rotatividade econômica e suscetíveis ao aumento da desigualdade e a pobreza rural<sup>4</sup>.

Erradicar a pobreza está diretamente ligada à garantia da segurança alimentar, visto que os agricultores familiares pobres geralmente têm dificuldade no acesso de alimentos nutritivos, para além disso a pobreza rural comumente está ligada ao êxodo rural, onde as famílias deixam seus lares em busca de uma melhor condição de vida, essa condição socioeconômica afeta milhões de pessoas no Brasil e apresenta características distintas em comparação à pobreza urbana (ZIMERMAN; CORREIA; SILVA, 2022).

Atualmente, aproximadamente 30 milhões de pessoas vivem em áreas rurais no Brasil, representando 15,6% da população total, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010. Além disso, 7,6 milhões de pessoas em zonas rurais estão em situação de extrema pobreza, representando 47% do total de extremamente pobres no país. No Rio Grande do Sul a população rural é de 1.593.291

---

<sup>4</sup> As informações presentes neste parágrafo foram fornecidas através das entrevistas realizadas com os técnicos do Instituto Cultural Padre Josimo e os beneficiários do Programa Fomento Rural - MDS/MDA/UNIPAMPA/INSTITUTO PADRE JOSIMO TED nº 22/2023, na saída de campo que ocorreu no período de 22 a 26 de jul. de 2024.

habitantes, desses 106.805 vivem em situação de extrema pobreza, totalizando 63.925 famílias.

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2022), apenas 36,2% da população rural brasileira vive em situação de segurança alimentar, no ano de 2022, o Brasil alcançou o número de 33,1 milhões de pessoas que sofrem com a escassez de alimentação, elevando o número de brasileiros que passam fome em 14 milhões, somando 57% da população vivendo em situação de insegurança alimentar. Além disso, a Rede PENSSAN (2022) destaca o agravamento destes números em relação a comparação entre o rural e o urbano, onde no campo cerca de 60% da população sofre com insegurança alimentar, atingindo 21,8% dos agricultores familiares camponeses. A insegurança alimentar está diretamente ligada à pobreza rural que por sua vez está diretamente ligada ao distanciamento geográfico das famílias camponesas, a má distribuição de terras e também ao êxodo rural.

Entre os fatores que contribuem para os elevados índices de pobreza, a concentração fundiária torna-se um dos mais significativos, a má distribuição de terras no Brasil é um fator para o empobrecimento rural. Ao longo das décadas, o capital se consolidou territorialmente, intensificando o êxodo rural. Esse processo tem exacerbado as condições de pobreza e desigualdade, forçando muitas famílias a se deslocarem de suas terras em busca de uma melhor qualidade de vida (BARROS, 2018), este processo faz com que a desigualdade que assola a zona rural do país, não esteja presente apenas no que se diz respeito a desigualdade de renda. A concentração de terras em uma pequena parte da população rural, tornou-se um fator pertinente no que se refere à pobreza, uma vez que as produções voltadas para alimentação e renda dos agricultores familiares está diretamente ligada à terra.

O combate à pobreza rural é algo que deve ser enfrentado pelos governos, organizações e pela sociedade em geral, buscando a implementação de instrumentos, políticas públicas e investimentos eficazes, capazes de erradicar a desigualdade e a pobreza de famílias agricultoras, através de programas qualificados para fomentar melhorias na educação, na qualidade da alimentação, na economia e na produtividade.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão governamental responsável por realizar propostas e implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e o fortalecimento dos agricultores familiares. Suas ações são fundamentadas no combate à pobreza rural, à segurança alimentar, à sustentabilidade dos sistemas de produção (Brasil, Decreto nº 11.396).

Em decorrência das limitações apresentadas, as famílias enfrentam a escassez de alimentos diversificados e a dificuldade de comercialização de produtos que não são cultivados em suas terras, comprometendo a economia local e intensificando as desigualdades e a pobreza no campo.

A implementação de uma política pública é um processo longo e imprevisível, pois o projeto se modifica ao encontrar distintas realidades. Os desafios para o combate à pobreza rural incluem a implementação de políticas públicas eficazes e promoção do desenvolvimento sustentável, de modo que as políticas invistam em melhorias em diversas áreas, garantindo o acesso dos agricultores familiares à terra, água, crédito, assistência técnica e infraestrutura básica. Essas políticas devem ser bem estruturadas e executadas de forma eficiente para realmente beneficiar aqueles que precisam.

O objetivo da política pública é intimamente ligado ao problema público que foi definido. Os desafios da definição dos objetos são estabelecer o grau de resolução que se deseja alcançar e se as ações da política pública deverão ser focadas nas causas do problema, no problema em si ou nas suas consequências (Sechi 2016 p.53).

Assim, as políticas públicas devem ser formuladas para considerar as necessidades específicas das famílias camponesas do Rio Grande do Sul, promovendo sua inclusão socioeconômica e garantindo que essas famílias tenham dignidade, oportunidades e uma voz ativa na criação do próprio futuro e no desenvolvimento da região.

As políticas nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil (Ater), visam melhorar as condições de vida das populações alocadas em áreas rurais, incluindo orientações sobre práticas sustentáveis de plantio, colheita e cuidados. Com intuito de beneficiar a população rural em seu ambiente, potencializando seu rendimento e promovendo uma melhoria sustentável na qualidade de vida.

As principais dificuldades dos agricultores mais pobres estão centradas, de um lado, na falta de apoio técnico para qualificar, aperfeiçoar ou mesmo dar início a suas atividades produtivas e, por outro lado, na escassez de recursos para investir na melhoria da sua produção (MELLO, *et. al.* pág.17, 2015)

Considerando o contexto em que essas famílias rurais se encontram, é crucial destacar o papel fundamental dos técnicos, profissionais responsáveis pela conexão entre as políticas governamentais e os agricultores. Esses especialistas desempenham um papel ativo na disseminação de conhecimentos, fornecendo orientação específicas, para que os camponeses possam participar do desenvolvimento de projetos que abrangem suas comunidades.

É necessário apontar que as políticas públicas criadas têm demonstrado impacto positivo na sociedade, mas a instabilidade política muitas vezes prejudica sua continuidade, com recursos que variam de acordo com os mandatos governamentais, deixando as pessoas necessitadas sem continuidade e oportunidade (MELLO, 2015).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, trata-se de uma gestão intersetorial que visa implementar e executar políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, sua execução integra ações entre o governo, sociedade civil e programas estratégicos, como o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais que é um instrumento dessa política pública para o desenvolvimento financeiro das famílias de agricultores no campo e a diminuição da pobreza rural, combinando para às famílias beneficiadas recursos financeiros, assistência técnica e extensão rural.

Essa política pública, visa melhorar as condições de vida das populações alocadas em áreas rurais, incluindo orientações sobre práticas sustentáveis de plantio, colheita e cuidados com os técnicos de ATER que são os agentes políticos responsáveis entre as famílias beneficiadas e o programa.

## **2.6 Programa Fomento às Atividades Rurais Produtivas**

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais<sup>5</sup> instituído pela lei nº12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 9.221/2017 é um instrumento de política pública que combina o assistencialismo dos técnicos de ATER e recursos financeiros com a finalidade de acabar com a pobreza rural, promover a segurança alimentar das famílias contempladas e fomentar atividades que gerem renda, este instrumento de política pública é advindo da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que se trata de uma gestão intersetorial que visa implementar e executar políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sua execução integra ações entre o governo, sociedade civil e programas estratégicos.

O programa combina ações sociais e financeiras com a proposição de levar aos pequenos agricultores e assentados, acompanhamento técnico especializado para auxiliar no desenvolvimento de projetos produtivos que possam ser capazes de solucionar problemas originários da desigualdade no campo e da pobreza rural.

---

<sup>5</sup> As informações obtidas para a descrição do Projeto Fomento às Atividades Rurais têm como fonte o site governamental do Programa de Fomento Rural. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-fomento-rural>

A transferência de recursos não-reembolsáveis, no valor de R\$4,6 mil, são destinados às famílias rurais com carência financeira, aspirando que a partir das articulações técnicas/recurso financeiro às famílias beneficiárias possam ser capazes de se estruturar e ampliar sua produção, buscando uma diversificação de alimentos gerados nas comunidades nas quais estão alocadas, contribuindo para o aumento da segurança alimentar e nutricional e a superação da pobreza rural.

A aplicação do projeto dá se início a partir da identificação por agentes e equipes técnicas, as famílias que atendam aos critérios do programa, para tornar-se beneficiária as famílias precisam residir em áreas do meio rural, estar inscritas no Cadastro Único e viver situação de extrema pobreza definido a partir da renda mensal de até R\$218, por membro da família, não havendo qualquer impedimento para quem recebe o Bolsa Família, sem conflitar na perda do programa se o beneficiário for excluído ou suspenso do Plano Bolsa Família (PBF).

Cada núcleo familiar beneficiário recebe em duas parcelas um único benefício, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 2,6 mil no início do projeto e a segunda parcela no valor de R\$2 mil que passa a ser liberada após um intervalo de no mínimo 3 meses a partir do acompanhamento do projeto, o benefício é depositado através do cartão do PBF e caso a família não possua, pode receber através do cartão cidadão ou saque direto nas agências da Caixa Econômica Federal. A liberação dos pagamentos ocorre após a confirmação da intenção por parte da família de participar do projeto assinando um Termo de Adesão, a elaboração do projeto em conjunto com o técnico e o desenvolvimento das etapas previstas no projeto.

Os projetos apoiados pelo programa de fomento rural podem ser realizados por uma família ou coletivamente entre vizinhos, podendo ser projetos de cunho simples derivado de apenas uma atividade produtiva ou combinados com mais de uma atividade por núcleo, as atividades contempladas podem estar ligadas a agricultura como criação de animais e cultivos de horta ou demais serviços como salões de beleza.

As famílias selecionadas para a aplicação do projeto passam a receber periodicamente visitas dos técnicos a fim de acompanhamento e auxílio no desenvolvimento do projeto produtivo escolhido, por um período de até dois anos a partir da liberação da primeira parcela do fomento.

O acompanhamento dos técnicos neste período de aplicação do projeto se torna de extrema importância, tornando-se um elemento fundamental para a melhoria nas condições de vida da população rural, à medida que disponibilizam seus conhecimentos para garantia e um melhor aproveitamento no projeto. Os acompanhamentos das famílias ocorrem por meio do

Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e as instituições executoras de ATER nos estados e os serviços de Acompanhamento Familiar para Inclusão Social e Produtiva (SAFISP), podendo ser prestado por entidades executoras do Programa Cisternas, articulando o Fomento Rural ao acesso a tecnologias de captação da água da chuva, também podem ser executados a partir da parceria com os estados, municípios, ongs, universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

### 3 O PROGRAMA FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS A PARTIR DO TED/UNIPAMPA/MDA E SUA METODOLOGIA<sup>6</sup>

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul tem enfrentado fenômenos climáticos extremos, como estiagens severas e inundações, que comprometem significativamente a produtividade no campo. Estes fatores articulam um problema público de bastante relevância frente à população rural que vive em situação de pobreza, fazendo com que se torne dependente das políticas públicas para alcançar a inclusão socioeconômica das famílias, demandando políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, capazes de mitigar os impactos da pobreza. Essa inclusão requer iniciativas que valorizem os saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que assegurem acesso à educação, capacitação e oportunidades de trabalho.

Reconhecendo a importância crucial das famílias camponesas para o país, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em parceria com a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e o Instituto Cultural Padre Josimo, mobilizaram-se para buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) o fomento de projetos destinados à 400 famílias por meio do Programa de Fomento Rural.

A metodologia aplicada no projeto do Programa para as famílias rurais em situação de pobreza adotou uma abordagem quali-quantitativa, permitindo uma compreensão profunda na dinâmica socioeconômica das famílias beneficiadas. O projeto se iniciou a partir da coleta detalhada de informações das necessidades apresentadas pelas famílias rurais no Rio Grande do Sul representadas pelo MPA. Posteriormente as demandas foram direcionadas ao MDA,

---

<sup>6</sup> Os dados obtidos para a realização do tópico foram retirados do documento “PROGRAMA DE FOMENTO RURAL MDS/MDA/UNIPAMPA/INSTITUTO PADRE JOSIMO RELATÓRIO FINAL TED no 22/2023”, que está em produção pelos docentes e discentes da UNIPAMPA - Campus Itaqui, Bagé e São Borja.

para realização dos processos necessários que foram estabelecidos pelo órgão governamental, após o cumprimento de todas as diligências exigidas, o MDA procedeu com a descentralização dos recursos no mês de agosto de 2023, possibilitando a implementação efetiva do programa.

O projeto do programa Fomento Rural MDS/MDA/UNIPAMPA/INSTITUTO PADRE JOSIMO TED n° 22/2023 abrange quatro dimensões essenciais, delineando um panorama complexo e extenso. Inicialmente, demonstra-se a dimensão política, que demanda uma posição firme do estado e da sociedade civil, visando uma nova relação entre a sociedade e a natureza, em conjunto com a dimensão técnica que se apresenta como uma mudança tecnológica sustentável, descentralizando o domínio das empresas sobre os sistemas produtivos dos agricultores familiares e de seus consumidores.

Para além das dimensões citadas acima, segue a dimensão territorial que visa a permanência dos agricultores no campo proporcionando a soberania sobre o território no qual vivem. E por último cita-se a dimensão técnico-científica que busca gerar conhecimento para qualificação do desenvolvimento rural, combate a pobreza e a fome e promoção de sistemas de produção sustentáveis.

O Programa de Fomento Rural exerce um papel crucial ao atender uma parcela expressiva das famílias camponesas identificadas no Estado do Rio Grande do Sul. A distribuição das famílias beneficiadas por município é realizada de forma criteriosa, considerando a representatividade de cada local. Assim, o programa busca garantir uma distribuição igualitária dos recursos e alcançar as comunidades mais vulneráveis, promovendo o desenvolvimento socioeconômico de maneira justa e inclusiva em todo o estado.

Para seleção dos beneficiários, foram utilizadas famílias cadastradas no CADÚnico em situação de extrema pobreza no campo, subsequente as equipes de técnicos extensionistas, atores profissionais<sup>7</sup> e responsáveis pela conexão entre o programa e os agricultores, foram a campo para promover a constituição de projetos para a aplicação dos recursos públicos adquiridos, articulando em conjunto com as famílias a elaboração do projeto para aplicação das parcelas. Os contemplados podem receber visitas domiciliares por até 2 anos depois da aplicação das parcelas do programa, para fins de acompanhamento e desenvolvimento do projeto produtivo.

---

<sup>7</sup> Exemplos de atores individuais são os políticos, burocratas, juízes; exemplos de atores coletivos são os órgãos públicos, as associações, os partidos, as empresas, os sindicatos, os meios de comunicação, os grupos de interesse (formais e informais) (Sechi, 2016).

O TED nº22/2023, priorizou 28 municípios do Rio Grande do Sul, locais que concentram uma parte considerável das famílias que sofrem com a situação de extrema pobreza e insegurança alimentar, as atividades tiveram como alvo grupos de famílias de agricultores e agricultoras familiares e assentados.

O trabalho realizado pelos técnicos extensionistas do Instituto Cultural Padre Josimo e pelos pesquisadores da UNIPAMPA foram essenciais para a garantia do sucesso do programa. Desempenhando um papel fundamental ao obter as informações necessárias sobre o cenário das famílias e comunidades atendidas. As coletas de dados realizadas através dos questionários aplicados, permitiram aos pesquisadores e extensionistas a percepção das necessidades e desafios específicos de cada localidade.

A colaboração entre extensionistas e pesquisadores foi fundamental para garantir que as ações do programa fossem direcionadas e implementadas de forma eficiente para cada realidade. Este trabalho em conjunto contribuiu para a melhoria na qualidade de vida das comunidades rurais do estado, além disso, a parceria promoveu a troca de conhecimentos entre os agentes envolvidos, enriquecendo tanto a pesquisa quanto às práticas extensionistas.

#### 4 ANÁLISE DO RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA PRIMEIRA PARCELA DO PROGRAMA FOMENTO RURAL

Este tópico visa demonstrar os resultados preliminares da aplicação das parcelas do TED nº22/2023 do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com foco nas 25 famílias visitadas pelos pesquisadores da Universidade Federal do Pampa.

##### 4.1 Relato das Famílias visitadas *in loco*

Na tabela a seguir é possível conferir o município visitado, o núcleo familiar e os projetos produtivos implementados a partir da aplicação da parcela do programa.

**Tabela 1:** Famílias visitadas *in loco* pela equipe da Unipampa

<b>Município</b>	<b>Beneficiário(a) visitado(a)</b>	<b>Projeto executado</b>
Candiota	Amerelin Berbigier	Construção de galinheiro e cercamento da horta
	Diulia da Conceição Dutra	Aquisição de ovinos

	Eliana Pereira	Construção de sala de ordenha e compra de sementes forrageiras
	Natieli Neli de Castro	Construção de galpão para uso geral
	Rosenéia Wage Rodrigues	Construção de horta, sala do refrigerador e implantação de pomar
Canguçu	Adriane Neugebauer Retzloff	Forno elétrico, panela doceira, balança digital, formas
	Evelin Lais Neitzke Ramson Fonseca	Compressor de ar
	Maria Celoi Muling Borba	Freezer e triturador
	Maria Helena	Forno e fritadeira
	Marilaine Nornberg Dejung	Plaina desempenadeira, serra bancada, serra circular
	Vitória Borba Gomes	Freezer, bateadeira, liquidificador e potes
Encruzilhada do Sul	Márcia Lousada Pakulski	Panificados, insumos para criação de frangos e compra de frangos, adubo para horta, irrigação
Hulha Negra	Analice Teixeira	Serra fita e construção de horta
	Anderson Sausen	Galpão de uso geral
	Joselaine da Silva Serpa	Construção de estufa e aquisição de mudas
	Luciane Aparecida Ribeiro da Silva	Estrebaria
	Margarete do Santos	Aquisição de materiais para construção de cerca
	Rosinete da Rosa	Transferidor de leite

	Ribeiro	
	Vanderleia	Construção de horta
Santa Cruz do Sul	Daiane de Moraes	Construção de horta
	Julita Costa da Silva	Construção galinheiro
Sinimbu	Marlene Rodrigues	Construção de horta e galinheiro
Vale do Sol	Daiane Crislei Moeller	Vaca de leite com cria, ampliação de galinheiro e compra de pintos
Vera Cruz	Lenara dos Santos	Construção de galinheiro
	Márcia Padilha	Construção de galinheiro

**Fonte:**GIEDER, 2024

O combate à pobreza rural é algo que deve ser enfrentado pelos governos, organizações e pela sociedade como um todo, buscando a implementação de instrumentos, políticas públicas e investimentos eficazes, capazes de erradicar a desigualdade e a pobreza rural camponesa. O projeto Fomento às Atividades Produtivas Rurais, ampara agricultores familiares camponeses que vivem em situação de vulnerabilidade, através de um recurso disponibilizado para a produção de projetos produtivos.

O programa aplicado para quatrocentas (400) famílias no Rio Grande do Sul, distribuídas em vinte e oito (28) municípios, busca reduzir as dificuldades produtivas e sociais dos beneficiários, impactando positivamente na qualidade de vida dessas famílias.

No mês de Julho de 2024 foi realizado uma visita *in loco* à 25 famílias beneficiárias pelo programa. Destas, onze (11) optaram por projetos produtivos de cunho agrícola, onze (11) por projetos produtivos de cunho não-agrícolas e três (3) famílias optaram por realizar projetos nos dois (2) sentidos.

Das unidades familiares visitadas, dez (10) optaram por investir a parcela do fomento em apenas um (1) projeto produtivo, enquanto as outras quinze (15) produziram dois (2) ou mais projetos. Os projetos agrícolas em sua maioria são relacionados a construção de

galinheiro, compra de frangos e construção de hortas, já os projetos não-agrícolas foram construídos galpões para armazenagem de grãos e a compra de eletrodomésticos.

Em relação aos projetos não agrícolas, as famílias puderam investir em melhorias para as condições de trabalhos e produção de alimentos voltados para vendas. Já as atividades de produção agrícolas como criação de animais, hortas, frutíferas e outros, trouxeram uma contribuição focada na melhoria da segurança alimentar das famílias.

Para os beneficiários, poder contar com o recurso financeiro investido pelo programa foi de suma importância, embora nota-se também a insuficiência dos recursos disponibilizados às famílias, como Rosinete Ribeiro, beneficiária do programa, afirma que o valor repassado à família não foi suficiente para a compra integral do projeto decidido em conjunto com o técnico “Tivemos que complementar o auxílio do fomento para adquirir o transferidor”, apesar disso, as famílias que foram visitadas *in loco* demonstraram uma melhora significativa no aumento da renda para sua subsistência, podendo garantir a presença de sua família no campo.

Nesse contexto, os técnicos desempenharam um papel crucial, pois são os agentes políticos responsáveis pela conexão entre o programa e os agricultores. Estes profissionais atuaram diretamente no campo, disseminando conhecimento e orientando os camponeses no desenvolvimento dos projetos produtivos

Com os relatos a partir das famílias visitadas, podemos notar a forte influência do Programa Fomento no aumento da renda advinda de atividades produtivas rurais. A partir das observações realizadas através das entrevistas aplicadas aos beneficiários do programa, salienta-se que o programa proposto para os 28 municípios do RS torna-se um exemplo de instrumento de política pública que busca sanar as dificuldades das famílias alocadas na zona rural. As estratégias traçadas pelos articuladores do TED n° 22/2023 também se mostraram favoráveis às famílias visitadas pela equipe da UNIPAMPA, que pode constatar a melhoria na qualidade da alimentação das famílias, economia e produtividade. Para fins de exemplificação do resultados da aplicação do programa, mostra-se um breve relato das famílias visitadas<sup>8</sup>:

Amerelin Berbigier, agricultora familiar residente no município de Candiota (RS), aplicou a primeira parcela do projeto em duas atividades agrícolas. Utilizando o recurso do fomento para o cercamento de sua horta e construção de galinheiro.

---

<sup>8</sup> Os relatos seguintes foram retirados das entrevistas realizadas pelos estudantes da Unipampa com as famílias beneficiárias do TED n°22/2023 Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais, no período de Julho de 2024 durante as visitas *in loco*.

Eu escolhi a horta porque acho muito mais saudável, melhor do que ir à cidade comprar algo que pode estar com ‘veneno’, eu queria fazer uma coisa orgânica. (...) Nós já tínhamos um pedacinho, mas não tínhamos como cercar, por causa das galinhas.

Anteriormente a aplicação do programa a agricultora não possuía recursos suficientes para efetivar as melhorias desejadas, encontrando no Programa de fomento oportunidade para investimento.

**Figura 3:** Cercas adquiridas com o Programa fomento



Fonte: GIEDER, 2024

**Figura 4:** Galinheiro construído com o Programa Fomento



Fonte: GIEDER, 2024

Diulia da Conceição, residente do município de Candiota (RS), investiu a primeira parcela do programa em um projeto de cunho agrícola. Adquiriu nove (9) ovinos, para consumo e venda, visando alcançar o aumento na renda de sua família: “O objetivo é seguir assim, para tirar o sustento e estar sempre na volta de casa, sem precisar sair para fora para trabalhar”, afirma Diulia.

**Figura 5:** Ovinos adquiridos com o Programa Fomento Rural



**Fonte:** GIEDER, 2024

Eliane Pereira, moradora do município de Candiota (RS), investiu em dois projetos produtivos a partir da primeira parcela do programa, sendo materiais para melhoria da sala de ordenha e compra de sementes forrageiras para proteção das intempéries climáticas. A agricultora relata:

Antes era só o chão batido e coberto, agora fechamos e fizemos piso, e ficou bem melhor para tirar o leite, (...) a gente vai com mais felicidade para tirar leite, em dia de chuva e barro era só de bota, agora podemos ir de chinelo, já é um conforto para o serviço da gente.

**Figura 6:** Sala de Ordenha adquirida com o Programa Fomento



**Fonte:** GIEDER, 2024

Natiele Neli de Castro, moradora do município de Candiota (RS), realizou através da parcela do programa a construção de um galpão de uso geral, para guardar equipamentos, ração e materiais referentes aos animais. Através da construção do galpão a família teve mais segurança na armazenagem de insumos e equipamentos de trabalho, além de dar uma perspectiva de crescimento e ampliação nas instalações, contribuindo com a renda e bem estar da família. Natiele afirma: “Para nós foi bom, faz tempo que nós queríamos fazer, mas como nossa renda era baixa a gente não tinha condições de juntar todo o dinheiro para fazer”

**Figura 7:** Galpão adquirido com o Programa Fomento



Fonte: GIEDER, 2024

Rosenéia Wage, agricultora familiar do Assentamento 22 de dezembro no município de Candiota (RS), efetuou com a primeira parcela do programa, três (03) projetos produtivos, sendo eles a construção de um espaço para abrigar um refrigerador de leite, horta e compra de mudas frutíferas. A família conta com o investimento para garantir uma maior produtividade de leite visando uma renda extra, Rosenéia afirma: “Para mim foi um orgulho porque nós estávamos há um tempo querendo investir no leite, para ter uma renda suficiente”.

**Figura 8:** Espaço adquirido com o Programa Fomento



Fonte: GIEDER, 2024

Adriane Neugebauer beneficiada pelo programa do fomento está situada no município de Canguçu (RS). A partir da primeira parcela do recurso obteve um forno elétrico, painéis profissionais, balança digital e formas, Adriane relata:

O projeto me proporcionou trabalhar em casa, pois tenho três filhas e um sogro acamado para ajudar, o projeto me possibilitou fazer meus bolos vender na vizinhança e por encomenda, essa oportunidade para mim foi brilhante, me ajudou muito na compra de equipamentos que eu nem imaginava em ter.

Com base na aplicação do recurso alcançou uma melhoria na alimentação da família e um aumento em sua renda advinda da venda de bolos.

**Figura 9:** Adriane e equipamentos adquiridos com o programa Fomento



**Fonte:** GIEDER, 2024

Evelin, moradora do município de Canguçu (RS) investiu a parcela do programa em uma atividade não agrícola, comprando um compressor de ar, equipamento essencial para a ampliação dos serviços oferecidos em sua oficina. “Não teríamos condições de comprar um compressor de ar, foi de imensa ajuda do fomento (...) O programa foi muito importante para nós, pois conseguimos ampliar nosso negócio e torcemos para que o programa continue” afirma Evelin, destacando a relevância da política do fomento para o desenvolvimento rural.

**Figura 10:** Compressor de ar adquirido com o programa Fomento



**Fonte:** GIEDER, 2024

A beneficiária do Programa Fomento, Maria Ceoli, moradora de Canguçu (RS). Investiu em um projeto de base não agrícola a partir da compra de um freezer e um triturador, com a finalidade de realizar o abate e armazenamento de animais na propriedade, melhorando as condições sanitárias em que a família vive.

(...) o freezer me interessou mais porque aqui tem muita falta de energia, e não é de horas é de dias. O freezer bem congelado conserva muito mais comparado a geladeira, perdemos muitas coisas por falta de armazenamento com temperatura ideal, e agora que fiz esse investimento tudo vai melhorar.

**Figura 11:** Técnico Extensionista e triturador adquirido com o programa Fomento



Fonte: GIEDER, 2024

Maria Helena, residente do município de Canguçu (RS), realizou a compra de um forno, máquina para produção de salgados e doces e uma fritadeira, buscando ampliar suas produções para aumentar sua capacidade de distribuição e consequentemente aumentar sua renda. Maria afirma que sua principal renda se dá através das vendas. Maria relata: “O projeto foi bom, antes não me sobrava nada, agora me sobra um dinheirinho”

**Figura 12:** Alimentos produzidos por Maria Helena



Fonte: GIEDER, 2024

Marilaine Djung, moradora do município de Canguçu (RS), adquiriu com o programa fomento uma serra circular de bancada, uma serra circular de mão, uma plaina desempenadeira, uma parafusadeira e uma lixadeira, além de outros equipamentos necessários para aprimorar a produção artesanal realizada pela família.

A escolha pelo artesanato não foi apenas uma estratégia econômica, mas também uma forma de diversificação que trouxe mais estabilidade financeira, a família relata que o artesanato além de fonte de renda, é como uma terapia. “É uma forma de complementar nossa renda. Ajuda muito nos estudos dos nossos filhos” explica Marilaine, enfatizando a importância dessa nova fonte de renda

**Figura 13:** Serra circular de bancada adquirida com o programa fomento



**Fonte:** GIEDER, 2024

Vitória Borba, do município de Canguçu (RS), investiu a primeira parcela do programa em um projeto com base não-agrícola. O investimento foi utilizado para aquisição de utensílios que melhorassem a produção e o armazenamento de sorvetes “Já faz um ano e meio que faço, mas pouquinho mais para os vizinhos, é o que cabe ali no freezer da geladeira, a intenção é fazer mais” ressalta Vitória. A ideia da comercialização de sorvetes parte da demanda da comunidade que não possui acesso ao alimento com facilidade, ressaltando a dificuldade de se deslocar até a cidade pelo alto valor das passagens.

**Figura 14:** Freezer para armazenamento de sorvetes



**Fonte:** GIEDER, 2024

Marcia Louzada, moradora do município de Encruzilhada do Sul (RS), investiu a parcela do programa em projetos agrícolas e não-agrícolas, adquiriu uma horta, com o intuito de produzir para sua família uma alimentação saudável e sem agrotóxicos. Também comprou equipamentos para fazer bolachas, pães e bolos, destacando a clientela conquistada e a produção de quinze (15) a vinte (20) quilogramas de bolacha produzidas e distribuídas semanalmente, ocasionando o aumento da renda de sua família

Márcia destaca a importância das variadas atividades de produção para o aumento da rotatividade econômica e alimentícia nas áreas rurais, também afirma sua vontade de continuar no campo e a importância da aplicação de projetos como os do Fomento para assegurar esta vontade. “O projeto me proporcionou a investir em áreas que eu almejava, mas não tinha recursos para diversificar as plantações na minha propriedade e criações também. Com o restante do dinheiro pude construir um lugar pro meu filho deixar os cavalos dele” Com base nos relatos da beneficiária foi possível constatar que houve uma mudança com o projeto fomento na unidade produtiva familiar.

**Figura 15:** Pães e bolachas feitos por Márcia



**Fonte:** GIEDER, 2024

Analice Teixeira, localizada em Hulha Negra (RS), investiu a primeira parcela do programa em atividades agrícolas e não agrícolas, comprando uma serra fita para corte do gado e o cercamento de sua horta, além da aquisição de sementes para o cultivo: “Com o projeto fomento, conseguimos produzir nossas próprias verduras e fazemos os cortes de carne que quisermos” ressalta Analice.

**Figura 16:** Horta da unidade familiar de Analice



**Fonte:** GIEDER, 2024

Anderson Sausen, residente de Hulha Negra (RS), com o incentivo do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais, optou pela construção de um galpão de uso geral na propriedade. A decisão se baseou na necessidade de proteger sua produção de feijões das intempéries climáticas, garantindo maior segurança e eficiência nas operações diárias. Em

meio a entrevista Anderson demonstra a importância de um galpão para armazenagem de grãos “Quando o técnico falou para nós da possibilidade do projeto, eu pensei no galpão, como eu não tinha galpão nenhum. Como você vai produzir feijão se você não tem uma estrutura para colocar dentro”. Essa infraestrutura básica se mostrou essencial para a continuidade das atividades da família, que, apesar dos desafios climáticos, se mantém resiliente e comprometida com a sustentabilidade.

**Figura 17:** Galpão de armazenagem



Fonte: GIEDER, 2024

A beneficiária do recurso do Programa Fomento Joselaine Serpa, residente do município de Hulha Negra (RS), adquiriu com o programa uma estufa para a sua horta. Ela ressalta a importância da produção de alimentos em sua localidade para melhoria e diversidade de alimentação na comunidade e de sua família, destacando a importância de saber a procedência dos alimentos adquiridos. Joselaine ressalta: “A gente vai no mercado e não sabemos o que estamos comprando, e para produzirmos da própria terra é difícil, às vezes não conseguimos mais por não ter condições, então foi o que eu pensei, se vem o recurso eu quero uma estufa e um pomar”.

**Figura 18:** Estufa para horta



Fonte: GIEDER, 2024

Luciane Ribeiro, beneficiária do Programa Fomento Rural, vive em um assentamento na cidade de Hulha Negra (RS). Luciane investiu a parcela do programa em dois projetos: a

melhoria da estrebaria e a instalação de telas na horta da família “Optamos por melhorar a estrebaria com o fomento, colocando nela um chão. Isso melhorou muito o meu trabalho, pois antes o barro vinha até os joelhos”, conta Luciane. Embora as melhorias tenham sido significativas, Luciane destaca um ponto importante relativo às estradas do município: “O melhoramento da estrada é o principal para a nossa produção de leite, para o caminhão ter melhor acesso à nossa propriedade”, demonstrando a necessidade de outras políticas para alcançar melhoria desejada na qualidade de vida das famílias e a importância de investimentos que facilitem o escoamento de sua produção.

**Figura 19:** Estrebaria



Fonte: GIEDER, 2024

Margarete dos Santos, moradora do município de Hulha Negra (RS), realizou o investimento da parcela do programa em um projeto de cunho não-agrícola, comprou materiais como: mourões, tramas e arames, para a construção de cercas. Margarete relata que sua escolha trouxe tranquilidade e segurança na produção da unidade familiar “Tinha dias que a gente ficava o dia todo cuidando para os bichos não entrarem, almoçava e ficava o dia todo na roça cuidando”, o projeto realizado trouxe para unidade familiar uma melhor qualidade de vida.

**Figura 20:** Cerca adquirida com o programa do fomento



Fonte: GIEDER, 2024

Rosinete da Rosa Ribeiro, localizada em Hulha Negra (RS), lida especialmente com a

produção de leite, decidiu investir o valor do Programa Fomento em um transferidor de leite com o auxílio do projeto. “O projeto para nós foi de suma importância, e veio do nada. Investimos em um transferidor de leite para aliviar nosso trabalho braçal de forcejar,” destaca Rosinete, enfatizando o conforto significativo que o equipamento trouxe para a rotina familiar, permitindo uma manipulação mais eficiente e menos cansativa do leite. Embora a família tenha precisado complementar o auxílio do fomento para adquirir o transferidor, o investimento foi considerado um sucesso. “Tivemos que complementar o auxílio do fomento para adquirir o transferidor, mas valeu muito a pena”, ressalta ela.

**Figura 21:** Transferidor de leite



Fonte: GIEDER, 2024

Vanderleia, moradora do assentamento São Sepé, localizado em Hulha Negra (RS), adquiriu com o programa fomento um projeto de cunho agrícola, optando pela construção de uma horta, Vanderleia e Beto seu marido destaca a importância de uma alimentação saudável promovida pela produção dos alimentos gerados a partir de sua horta, e a renda advinda destes produtos. Beto afirma que este processo também faz com que seus filhos continuem morando em sua unidade familiar: “É uma coisa que a gente consegue segurar um pouco os guri aí também (...) o dinheiro da horta sai para gente se manter para comprarmos roupa, calçados e também para alimentação”.

**Figura 22:** Unidade familiar Vanderleia



Fonte: GIEDER, 2024

Daiane de Moraes, beneficiária do Programa, mora na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), investiu o valor recebido na construção de uma horta, visando uma alimentação saudável para a família. A princípio como não está terminada a horta da família, apenas se pensa na possibilidade de venda dos produtos cultivados no futuro, contudo Daiane demonstra durante a entrevista sua preocupação com a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos para consumo de sua família.

**Figura 23:** Início da construção da horta



Fonte: GIEDER, 2024

Julita Costa da Silva, moradora de Santa Cruz do Sul (RS), realizou a compra de materiais para a construção de um galinheiro, afirmando a importância deste projeto em busca de uma alimentação mais diversa e pretende realizar a venda dos insumos (carne de frango e ovos) para aumento de renda da sua família “Sempre moramos aqui na roça, criava para consumo, sempre foi um sonho ter o galinheiro, pois as galinhas destroem as roças de fumo (...) vamos aproveitar e evoluir para venda” afirma Julita.

**Figura 24:** Galinheiro construído a partir da aplicação do fomento



Fonte: GIEDER, 2024

Marlene Rodrigues, residente de Sinimbu (RS), investiu o valor recebido pelo programa em dois (2) projetos produtivos, sendo um galinheiro e uma horta. O galinheiro foi uma prioridade, uma vez que a família já possuía galinhas e precisava de um espaço adequado

para criá-las e para que futuramente possa ampliar sua produção. Marlene destaca: “A gente usou as galinhas para corte, e pretende ampliar o galinheiro”, já a horta foi uma alternativa para diversificação da alimentação de sua família. A criação de um galinheiro e o cultivo de uma horta não apenas melhoram a qualidade da alimentação da família, mas também proporcionam um maior controle sobre a produção de alimentos e uma fonte adicional de renda.

**Figura 25:** Horta realizada a partir da aplicação do fomento



**Fonte:** GIEDER, 2024

Daiane Moeller, é uma das beneficiárias do programa fomento e está situada no município de Vale do Sol (RS), decidiu aplicar a parcela do programa em um projeto de cunho agrícola, comprando uma vaca leiteira. Com base na aplicação do recurso e os produtos gerados foi possível uma melhoria na alimentação da família, Daiane afirma:

Ficamos muito animados com esse projeto, não esperávamos uma ajuda assim, pois estamos a pouco tempo nessa casa, conseguimos plantar algumas coisas e ter um sustento, mas com o auxílio do projeto podemos ter uma qualidade melhor de vida e sonhar com um futuro melhor para os nossos filhos.

**Figura 26:** Animal comprado com o programa fomento



**Fonte:** GIEDER, 2024

Lenara dos Santos, moradora do município de Vera Cruz (RS), realizou com a

primeira parcela do programa um projeto agrícola. A família já possuía algumas galinhas, mas com o projeto puderam ampliar sua criação através da construção do galinheiro pode-se realizar a separação entre elas, visando um futuro comércio dos ovos e da carne, outra melhoria visível na unidade da família foi a compra de ração para as galinhas, o que possibilita uma melhor qualidade e rendimento para o crescimento dos animais e como consequência uma alimentação mais rica para a família.

**Figura 27:** Galinheiro e galinhas adquirido com o programa



Fonte: GIEDER, 2024

Marcia Padilha, beneficiária do programa de fomento está situada no município de Vera Cruz (RS), realizou um projeto de cunho agrícola. A primeira parcela do recurso foi investido na construção do galinheiro e na compra de aproximadamente setenta (70) galinhas. Com base nos produtos (carne de frango e ovos) gerados através da compra das galinhas foi possível uma melhoria na alimentação da família, Márcia afirma:

Ficamos muito felizes com esse projeto, não esperávamos uma ajuda assim, pois mesmo com meu marido trabalhando fora para nos sustentar na plantação de fumo a criação de galinhas vai nos fazer ter uma renda extra e como dona de casa fico muito feliz em poder trazer mais alimento para a nossa casa e dinheiro.

**Figura 28:** Galinheiro e galinhas adquirido com o programa



Fonte: GIEDER, 2024

#### 4.2 Discussão dos resultados a partir da percepção das famílias visitadas

Com os relatos a partir das famílias visitadas, podemos notar a forte influência do Programa Fomento no aumento da renda advinda de atividades produtivas rurais, a partir das observações realizadas através das entrevistas aplicadas aos beneficiários do programa, salienta-se que o programa proposto para os 28 municípios do RS torna-se um exemplo de instrumento de política pública que busca sanar as dificuldades das famílias alocadas na zona rural. As estratégias traçadas pelos articuladores do TED nº 22/2023 também se mostraram favoráveis às famílias visitadas pela equipe da UNIPAMPA, que pode constatar a melhoria na qualidade da alimentação das famílias, economia e produtividade.

Pode-se dizer que para as famílias analisadas, o Fomento trata-se de uma assistência que carrega um profundo significado de esperança e renovação, representando a possibilidade de uma vida mais digna e promissora, demonstrando ser uma iniciativa ativa, que promove melhorias na qualidade de vida, segurança alimentar e autonomia financeira das famílias beneficiadas.

Apesar da implementação do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais ter causado um aumento na diversificação da alimentação das famílias contempladas e sua segurança alimentar, tornando-se um instrumento que pode ser capaz de ajudar no combate à pobreza rural brasileira, o programa de fomento ainda apresenta falhas, principalmente no que tange a falta de perspectiva na continuidade da política, o recurso insuficiente para a garantia da segurança alimentar no campo e a escassez de informações e materiais técnicos de divulgação relacionadas a políticas camponesas para os técnicos, famílias beneficiárias e a população no geral.

Conforme Carneiro (2008) historicamente as políticas públicas desenvolvidas para os agricultores familiares propõe modelos assistencialistas, dificultando a continuidade das políticas que carecem de um planejamento estratégico a longo prazo. O programa de fomento rural se torna uma alternativa para aplicação de políticas camponesas pois em conjunto com o recurso financeiro as famílias recebem visitas periódicas dos técnicos, contudo a partir da aplicação das parcelas do programa e acompanhamento dos técnicos nos próximos dois (2) anos à política chega ao seu fim dificultando a continuidade dos projetos produtivos. Durante as visitas *in loco* pode-se constatar a segurança que as famílias depositam nos técnicos “O auxílio do técnico é muito importante, ele soube nos direcionar no que iríamos aplicar o dinheiro do projeto, nos auxiliou no que comprar e como comprar” relata Adriane,

beneficiária do Programa, limitando o impacto a longo prazo das ações realizadas pelo programa.

A descontinuidade de agentes de extensão rural acompanhado às famílias ao fim do projeto é um fator relevante mencionado durante as entrevistas com as famílias. A beneficiária Daiane de Moraes, ressalta que já havia participado de outros projetos e a ausência de profissionais para auxílio é um dos fatores determinantes para o seguimento e sucesso da política, para tanto a qualificação destes agentes se torna fundamental, uma vez que desempenham a função de levar conhecimento e práticas produtivas, gerando insegurança para as famílias a partir da descontinuidade das visitas.

O orçamento destinado às políticas de desenvolvimento rural no Brasil sofreu cortes sucessivos nos últimos anos, afetando diretamente a continuidade e a expansão de iniciativas como a do programa, Rosinete Ribeiro, beneficiária do programa, afirma que o valor repassado à família não foi suficiente para a compra integral do projeto decidido em conjunto com o técnico "Tivemos que complementar o auxílio do fomento para adquirir o transferidor", ressalta ela. De acordo com Schneider (2016), a escassez de recursos compromete o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, uma vez que os projetos não conseguem atingir a escala necessária para transformar as condições de vida das famílias beneficiadas.

Outro fator que pode-se notar durante as visitas ao campo, foi a falta de estradas pavimentadas e de difícil acesso aos moradores, a ausência de transporte público dificulta o traslado da população para área urbana, restringindo o comércio dos agricultores familiares que sofrem com a insuficiência de alimentos variados e comercialização de produtos que não são produzidos em suas terras, deixando-os com uma baixa rotatividade econômica e suscetíveis ao aumento da desigualdade, pobreza rural e insegurança alimentar, impactando diretamente nas ações do Programa.

Durante a execução deste trabalho, no dia 14 de novembro de 2024 houve o acompanhamento da reunião realizada com os técnicos que aplicaram o programa fomento para as famílias. No decorrer da reunião foi apontado a ausência de materiais de apoio (folders, cartilhas e outros) para divulgação de elementos essenciais para os produtores, técnicos e sociedade em geral, a falta de material dificulta o entendimento das famílias e dos técnicos relacionados às práticas da aplicação das políticas.

A pobreza rural diferente da pobreza urbana, principalmente pelo isolamento geográfico tem pouca visibilidade no que diz respeito a sociedade no geral, uma vez que as pessoas não sabem das situações decorrentes no campo, a falta de materiais de apoio está diretamente ligado a este fator.

A divulgação de políticas públicas é uma via de mão dupla e uma ferramenta de união da sociedade, promovendo a integração entre sociedade e governo. Por um lado, ela possibilita o acesso a informações essenciais para os agricultores familiares, ampliando sua participação em programas que beneficiam suas comunidades. Por outro, uma comunicação qualificada sobre essas iniciativas contribuindo para aumentar a conscientização social acerca da realidade da pobreza no campo, despertando maior interesse e engajamento na busca por soluções efetivas nas questões abordadas durante este trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de analisar os efeitos da primeira parcela do programa de fomento rural está em explorar como esse instrumento de política pública possibilita a superação da pobreza rural e a garantia da segurança alimentar e nutricional.

O Programa de Fomento Rural MDS/MDA/UNIPAMPA/INSTITUTO PADRE JOSIMO TED nº22/2023, articulado para auxiliar 400 famílias distribuídas em 28 municípios no Rio Grande do Sul, buscou reduzir as dificuldades produtivas e sociais dos beneficiários. Tendo em vista as respostas coletadas das 25 famílias beneficiárias que foram visitadas, este instrumento de política pública impactou positivamente na sua qualidade de vida, principalmente no que tange a alimentação e a implementação de projetos que pudessem gerar renda para sua subsistência.

A metodologia do TED nº 22/2023 foi baseada em um projeto participativo, no qual as famílias beneficiárias e os institutos participaram em conjunto das etapas de execução do Programa. Essa abordagem garantiu a definição de indicadores de desempenho, capacitações e a adoção de tecnologias apropriadas para promover a sustentabilidade e autonomia das famílias.

O acesso que as famílias obtiveram assistência técnica desempenhou um papel crucial ao proporcionar capacitação e suporte para que as unidades familiares tivessem maior capacidade produtiva. Por meio do acompanhamento contínuo e do auxílio na tomada de decisões estratégicas, as famílias foram orientadas a adotar práticas mais adequadas às suas realidades, o que contribuiu diretamente para a permanência dessas pessoas no campo, fortalecendo a sustentabilidade das comunidades rurais.

O envolvimento de instituições como a UNIPAMPA e o Instituto Padre Josimo foi fundamental para garantir o sucesso dessa política pública, evidenciando que parcerias bem estruturadas podem impactar positivamente a vida camponesa.

Em suma conclui-se, para que o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais tenham impacto duradouro, é necessário que se enfrente as circunstâncias negativas com a implementação de projetos complementares ao programa do fomento, amplie sua divulgação e fortaleça a prática extensionista promovendo para os beneficiários acesso à saúde, educação ambiental, recuperação ambiental, promoção das potencialidades de produção dos agricultores familiares, acesso às informações para garantia da sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico das famílias camponesas.

A partir destes apontamentos da equipe do GIEDER, produziu materiais responsáveis pela divulgação do TED, esta iniciativa foi elogiada pelos técnicos e agentes responsáveis pela aplicação da política no Rio Grande do Sul.

**Figura 29** - Folder produzido para divulgação do TED nº22/2023

**EXECUÇÃO DO PROJETO**  
MUNICÍPIO: UNIMARIPÁ; INSTITUTO CULTURAL PADRE JOZAO

**COORDENADORA GERAL**  
Néida Rosana Fernandes de Oliveira  
Vinícius Piccin Dalbancio

**COORDENADOR DE PROJETO**  
Alineide Cavallini Bica  
Vinícius Piccin Dalbancio

**CONTATO**  
vinciulbica@unimarpia.rs.gov.br

**AGENCIAS DESENVOLVEDORAS**  
GIEDER, UNIMARIPÁ, INSTITUTO CULTURAL PADRE JOZAO

**OBJETIVO**  
Promover educação e pesquisas interdisciplinares sobre a realidade agrícola e agrária com vistas a contribuir para o processo de desenvolvimento rural

**UNIDADES DE FOMENTO E EXTENSÃO**  
• Sistema de extensão rural e sustentáveis e a segurança alimentar e nutricional  
• Desenvolvimento Rural e Territorial

**PROJETOS DE APOIO**  
• Guia Alimentar para a população brasileira na Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER)  
• Fomento às Atividades Produtivas Rurais  
• Sistematização de experiências de agricultura regenerativa  
• Desenvolvimento de metodologias de Extensão Rural

**PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS - TER 2024/UNIMARIPÁ**  
Fomento à formação de agricultores para contribuir na construção de soberania alimentar e nutricional através da aplicação de Política Pública "Fomento às Atividades Produtivas Rurais"

**COMO FUNCIONA O FOMENTO?**  
O Programa consiste em ações de acompanhamento social e produtivo e a transferência de recursos financeiros, para que as famílias rurais mais pobres desenvolvam suas atividades produtivas.

**AS FAMÍLIAS SÃO IDENTIFICADAS E MOBILIZADAS** para técnicas, e atendendo aos critérios do programa, recebem visitas domiciliares para acompanhar o desenvolvimento do seu projeto. Cada núcleo familiar recebe um único benefício no valor de R\$ 4 mil.

**PARA INSERIR AS FAMÍLIAS NO PROGRAMA**  
• Confirmar intenção de participação  
• Elaborar um projeto produtivo com apoio técnico  
• Desenvolver satisfatoriamente as etapas previstas

**QUAIS PROJETOS PODEM SER APOIADOS?**  
• Agrícolas (ex. cultivo de hortas ou não agrícolas em estufas)  
• Por unidade familiar ou coletivo de famílias  
• Simples (0 unidades) ou combinados (2 ou mais unidades)

**DIMENSÕES DO PROJETO**  
• Política orientada ao acesso ao crédito em apoio ao desenvolvimento agrícola familiar em todo território rural do município  
• Técnica: apoio a criação de sistemas produtivos e diversificação das composições e arranjos  
• Territorial: via a permanência das agricultoras familiares e camponesas no campo  
• Técnica científica: para acompanhamento para a qualificação do produtor de desenvolvimento rural e territorial, preparação para a aplicação de recursos rurais do combate à fome e da qualificação do sistema de produção sustentável.

**PROJETOS RESULTANTES A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS BENEFICIARIAS**  
• Fortalecimento de ações de desenvolvimento rural  
• Produção de alimentos alimentares e nutricionais  
• Criação e consolidação de produção de alimentos e outros produtos  
• Criação de conhecimentos sobre as questões socioeconômicas e culturais para a reprodução social e garantia do permanente no tempo  
• Elaboração de materiais educativos para agricultores e agricultoras

**ACCESSE O VÍDEO E SEUS DADOS**

**PERSPECTIVAS FUTURAS DA PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO COMUNITÁRIO NA DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA FOMENTO**  
• Qualificação do Programa Fomento através de processos de análise de impacto, testes de resultados e qualificação de sistemas de informação para acompanhamento dos famílias beneficiárias  
• Programa permanente de formação de extensionistas, além do atual no programa fomento  
• Elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas de desenvolvimento rural

Fonte: GIEDER, 2024

**Figura 30** - Cartilha publicada para apoio ao Programa Fomento



Fonte: GIEDER, 2024

Para fins de divulgação externa, produziu-se um documentário sobre as famílias beneficiárias do programa, a respeito da execução e divulgação da aplicação da parcela do Fomento. O documentário pode ser acessado no Youtube, através do link:

[▶ EXECUÇÃO DO PROJETO PROGRAMA FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTI...](#)

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é um instrumento de grande importância para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento das famílias atendidas. No entanto, as situações identificadas acima, coletadas durante o período de aplicação das entrevistas aos beneficiários da política, são fatores que atrapalham os objetivos propostos pelo Programa. A superação desses desafios requer a implementação de políticas públicas integradas, um planejamento de longo prazo e uma maior coordenação intergovernamental, garantindo a sustentabilidade e o sucesso do programa.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARROS, I. F.. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.** Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm). Acesso em: 15 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: [https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%204.504-1964?OpenDocument](https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%204.504-1964?OpenDocument). Acesso em: 13 set. 2024.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Institui normas relativas à reforma agrária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 9 jul. 1970. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=1110&ano=1970&ato=62fcXQq1UMjRVTa42>. Acesso em: 13 set. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Regulamenta dispositivos do Estatuto da Terra. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 10 out. 1985. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=91766&ano=1985&ato=ee80XQE9EMBpWT572>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Disponível em:

[https://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoMDS.aspx#:~:text=%C3%A0%20Fome%20\(MDS\)-,O%20Minist%C3%A9rio%20do%20Desenvolvimento%20Social%20e%20Combate%20%C3%A0%20Fome%20\(MDS,vivem%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pobreza](https://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoMDS.aspx#:~:text=%C3%A0%20Fome%20(MDS)-,O%20Minist%C3%A9rio%20do%20Desenvolvimento%20Social%20e%20Combate%20%C3%A0%20Fome%20(MDS,vivem%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pobreza). Acesso em: 25 set. 2024

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. **Portal Gov.br**. Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-de-fomento-as-atividades-produtivas-rurais>.

Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.

Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SESAN>. Acesso em: 25 set. 2024.

CAPORAL, F. R. Bases Para uma nova Ater Pública. Extensão Rural, [S. l.], n. 10, p. 1–20, 2003. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5546>. Acesso em 20 fev. 2024.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. (1994). POR UMA NOVA EXTENSÃO RURAL: FUGINDO DA OBSOLESCÊNCIA. Extensão Rural, (2), 7–32. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6376>

CARNEIRO, M.J. - **O campesinato brasileiro: mudanças, tendências e desafios**. Caderno CRH, 21(53), 2008.

DALBIANCO; V.P; ALDERETE, C.S; TOBIAS, J.C; OLIVEIRA, N.F Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e a Função Da Extensão Rural: O Caso do Assentamentos São Joaquim no Município de Santana Do Livramento. Revista de Estudos Interdisciplinares Ceeinter. v.5 n.2, p 125-146 (2023). Disponível em <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/583/578> Acesso em: 13 jul 2024.

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de Ates”. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.21, n.3, p.499-543, setembro 2024.

DINIZ, R. F; HESPANHOL, A. N. Paradigmas Da Extensão Rural Em

Questão: A Política Extensionista Como Fábula, Como Perversidade e como Possibilidade. Estudos Geográfico: Revista Eletrônica de Geografia. v. 20 n. 3 (2022). Disponível em <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/17001>. Acesso em 20 fev. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011

GARCIA, M. - **O desenvolvimento rural no Brasil: desafios e oportunidades**. Brasília: Embrapa, 2020.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 20 out. 2024.

MACHADO, D.M; DALBIANCO, V.P. As Contribuições da Ates Para a Instituição da Políticas Públicas Nos Assentamentos Da Reforma Agrária 2018, p.235-271. Uma nova Extensão Rural Pública A experiência Pluralista e Descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul/ organizadores Vinicius Piccin Dalbianco ... { et al.}. - Ijuí : Ed. Unijuí, 2018.

MATTEI, L. - **Políticas públicas para o meio rural brasileiro**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

MELLO, Janine (org.). **Desenvolvimento social em debate: a inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em:

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Caderno%202023\\_%20FINAL\\_910.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Caderno%202023_%20FINAL_910.pdf). Acesso em: 15 out. 2024.

MENDONÇA, S.R. de Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. História Unisinos, São Leopoldo- RS, V. 14, N. 2, P. 188-196, 2010.

MINAYO, M. C. DE S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria da Agricultura Familiar Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL** Brasília, maio -2004.

NEUMANN, P.S; DALBIANCO, V. P. Reforma Agrária e a Atuação Do Estado na Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentados 2012, p. 83-104. Extensão rural no contexto de pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES nos assentamentos de reforma agrária no RS / organizadores Vivien Diesel, Pedro Selvino Neumann, Vinicius Claudino de Sá. - Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. - 325p.

NEUMANN, P.S; DALBIANCO, V. P; ZARNOTT, A. V. A Política Pública de Extensão Rural em Assentamento da Reforma Agrária 2018, p.17 - 49. Uma nova Extensão Rural Pública A experiência Pluralista e Descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul/ organizadores Vinicius Piccin Dalbianco ... { et al.}. - Ijuí : Ed. Unijuí, 2018.

PIMENTEL, V. C. Assentamento é mais que um “projeto”: a assistência técnica nos assentamentos rurais. 2007, 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - Rede PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos São Paulo: Cengage , 2022.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, n. 16, p. 20-45, jul.2006.

TRONCO, Giordano B. O guia de políticas públicas para estudantes e gestores. — Porto Alegre: Jacarta Produções, 2018.

ZIMERMAN. A; CORREIA. K.C; SILVA. M. P. O BRASIL E A DESIGUALDADE DE TERRA 2022, p. 121-143. As Contínuas Desigualdades Regionais do Brasil/ organização Artur Zimerman. Santo André, SP: Editora UFABC, 2022.

## **DOCUMENTOS UTILIZADOS**

**[LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.](#)**

**[DECRETO-LEI Nº 1.110, DE 9 DE JULHO DE 1970.](#)**

**[Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985](#)**